

ATA nº 044/2025
COMITÊ DE INVESTIMENTO
REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos doze dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e trinta minutos, nos termos do Regimento Interno da Niterói Prev - Comitê de Investimentos (Resolução nº 001/NITPREV/2025), e da Regulação do Ministério da Previdência Social – SPREV (Portaria MTP nº 1.467, de 02/06/2022) foram convocados pelo Presidente HEITOR PEREIRA MOREIRA, através de mensagem eletrônica, para a Reunião Ordinária do Comitê de Investimentos, realizada de forma virtual, por meio da plataforma Microsoft Teams. Estiveram presentes os membros: MARCELO ZANDER VAIANO - Diretor de Finanças; LUCAS JOSÉ LOPES PAZ - Diretor de Investimentos; DANUSA MATTA DE SOUSA TINOCO - Membro indicado; FABIO DA SILVEIRA OLIVEIRA JUNIOR - Membro indicado; LUIZ ANTONIO FRANCISCO VIEIRA - Membro indicado; ANDERSON PEIXOTO DE FARIA - Controlador Geral do Município; CAROLINE RIBEIRO DE SOUZA - Representante da Secretaria Municipal de Planejamento, Modernização da Gestão e Controle, com o objetivo de deliberar sobre a seguinte pauta:

Pauta:

1. Relatório Mensal da Carteira de Investimentos – outubro/2025:

O Diretor de Investimentos **Lucas José Lopes Paz** apresentou o **Relatório Mensal da Carteira de Investimentos referente a outubro de 2025**, iniciando pela análise dos **indicadores macroeconômicos**. Destacou que, conforme o **Boletim Focus**, a projeção de crescimento do PIB foi ajustada para **2,16% em 2025** e **1,78% em 2026**, indicando moderação na atividade econômica, ainda que sustentada por um mercado de trabalho robusto e por estabilidade fiscal.

Ressaltou que a **inflação** apresentou desaceleração, com o **IPCA de outubro registrando alta de 0,09%**, o menor índice para o mês desde 1998 e abaixo das expectativas do mercado, de alta de 0,15%, acumulando **4,68% em 12 meses**. Explicou que a tendência de convergência do IPCA para o centro da meta reforça o êxito da política monetária conduzida pelo Banco Central.

Comentou que o **mercado projeta a taxa Selic em 12,25% ao final de 2025**, com expectativa de início do ciclo de cortes apenas em 2026. Enfatizou que esse movimento tende a favorecer a valorização do mercado de ações, criando ambiente propício para ganhos de capital em médio prazo.

No segmento de **crédito privado**, informou que, após meses de compressão de spreads, outubro registrou elevação do índice médio de risco, passando de 1,7% para 1,9% (Idex- DI JGP), o que exige maior cautela na gestão dos recursos no segmento. Essa reprecificação reduziu a rentabilidade dos fundos de crédito no mês, mas pode abrir novas oportunidades para os gestores de aquisição de papéis **high grade no mercado secundário**, cujos fundamentos permanecem sólidos.

Sobre a **renda variável**, o expositor destacou que o **Ibovespa encerrou outubro com alta de 2,26%**, acumulando **24,32% no ano**, reflexo da melhora das condições financeiras internas, fluxo de capital global e da expectativa de queda da Selic. Apontou ainda que houve retomada dos fluxos de investidores institucionais, com ingresso líquido de R\$ 4 bilhões no mês.

Apresentou, na sequência, o **desempenho consolidado da carteira da Niterói Prev**, que totalizou **R\$ 2,380 bilhões em investimentos**, com **rendimentos acumulados de R\$ 229,3 milhões** no ano, dos quais **R\$ 25,5 milhões** apenas em outubro. A **rentabilidade mensal foi de 1,09%**, frente

à **meta atuarial de 0,56%**, elevando o cumprimento acumulado da meta de **126% para 131,21%**, representando **excesso de retorno de 2,60 pontos percentuais (10,93% de rentabilidade frente a 8,33% de meta atuarial no acumulado do ano)**.

O Presidente **Heitor Pereira Moreira** observou que, mantido o ritmo médio de rentabilidade mensal observado nos últimos três meses, o patrimônio da autarquia deverá **ultrapassar a marca de R\$ 2,4 bilhões até o final de 2025**, superando a projeção inicial.

Lucas Paz acrescentou que o resultado reflete a combinação de boa performance dos **títulos públicos, fundos DI e fundos de renda variável**, com destaque para o **Fundo Tarpon e o Plural Dividendos**, que apresentaram ganhos de **25,31% e 30,24% no ano**, respectivamente, e o **BTG Pactual S&P 500**, fundo internacional *hedgado*, que registrou a maior **rentabilidade no mês, de 3,18%**.

Apontou que a carteira permanece **em plena conformidade com os limites da Resolução CMN nº 4.963/2021**, composta por **94,4% em renda fixa e 5,6% em renda variável**, distribuída principalmente entre **títulos públicos investidos diretamente (45%)**, **fundos de títulos públicos (16,6%)**, **fundos de crédito privado (4,7%)**, **fundos multimercados e de ações (3,5%)**, além de **fundos imobiliários e investimentos no exterior**.

O Comitê registrou a **satisfação com os resultados alcançados**, ressaltando o **cumprimento integral da meta atuarial e a consistência da estratégia de alocação adotada pela Diretoria de Investimentos**. Não havendo outras observações sobre o relatório, passou-se ao próximo item da pauta.

2. Proposta de Política de Investimentos – Exercício de 2026

Na sequência, o Diretor de Investimentos **Lucas Paz** apresentou a **Proposta de Política de Investimentos para o exercício de 2026**, elaborada em conjunto com a consultoria **Mais Valia**, ressaltando que o documento deverá ser aprovado ainda em 2025, em cumprimento à Portaria MTP nº 1.467/2022.

Iniciou expondo o **cenário macroeconômico de referência**, considerando três possíveis combinações de ambiente global – desaceleração suave com inflação convergente, surpresa inflacionária ou recessão nos EUA – e, para o Brasil, a hipótese base de **Desinflação gradual e acomodação monetária, persistência inflacionária ou Crise externa ou fuga de capitais**. Destacou que os principais riscos monitorados envolvem as tensões geopolíticas, políticas protecionistas e incertezas fiscais associadas ao ano eleitoral, enquanto as oportunidades concentram-se na **reforma tributária e administrativa**, no **potencial exportador** e na retomada de **fluxos de investimento em mercados emergentes**.

Apresentou a **metodologia de definição da meta atuarial** para 2026, informando que, conforme a **Portaria MPS nº 1.467/2022**, o parâmetro correspondente à duração do passivo previdenciário da Niterói Prev (20,50 anos) resulta em **taxa real de 5,56% a.a.**, o que define a **meta atuarial de IPCA + 5,56% a.a.** para o exercício.

Explicou que a norma permite o acréscimo de 0,15 p.p. para cada exercício em que o regime supera a meta atuarial, mas optou-se por **não aplicar o acréscimo**, haja vista que a **meta atuarial de IPCA + 5,56% a.a** já é superior à meta atuarial do exercício de 2025, de **IPCA + 5,31% a.a**, sendo adequada para balizar os investimentos.

Na sequência, apresentou a **estratégia de alocação proposta para 2026**, conforme tabela abaixo, comparando-a à política vigente.

Resolução 4.963 ajustada				Política de Investimentos para o ano de 2026						
				Lim Inf	Estratégia Alvo	Lim Sup		Lim Individual		
Descrição do Ativo		Art	Carteira			Ativo	Bloco	RPPS	Fundo	
REDA FIXA	Titulos Públicos de Emissão do Tesouro Nacional - SELIC	7 I a	44,86%	0,00%	60,00%	100%	100%	N/A		
	Fundo/Classe de Investimento - 100% Titulos Públicos SELIC	7 I b	16,60%	0,00%	2,00%	100%		100%		
	Fundo/Classe de investimento em índices de Mercado (ETF) - 100% Titulos Públicos	7 I c		0,00%	0,00%	100%		100%		
	Operações Compromissadas - 100% Titulos Públicos SELIC	7 II		0,00%	0,00%	5%		N/A		
	Fundo/Classe de Investimento em Renda Fixa - Geral	7 III a	28,23%	0,00%	12,00%	70%	70%	20%	15%	
	Fundo/Classe de investimento em índices de mercado (ETF) - Renda Fixa	7 III b		0,00%	1,00%	70%		20%	15%	
	Ativos de Renda Fixa Emitidos por Instituições Financeiras	7 IV		0,00%	1,00%	20%		N/A		
	Fundo/Classe de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) - Subclasse Senior	7 V a		0,00%	1,00%	10%	25%	20%	5%	
	Fundo/Classe de Investimento em Renda fixa - Crédito Privado	7 V b	4,73%	0,00%	5,00%	10%		20%	5%	
	Fundo/Classe de Investimento em Debêntures de Infraestrutura	7 V c		0,00%	1,00%	10%		20%	5%	
REDA VARIÁVEL	Fundo/Classe de Investimento em Ações	8 I	3,52%	0,00%	4,00%	40%		40%	20%	15%
	Fundo/Classe de investimento em índices de Mercado (ETF)	8 II		0,00%	1,00%	40%			20%	15%
	Fundo/Classe de Investimento em BDR-Ações	8 III		0,00%	1,00%	10%			20%	15%
INVEST ESTRUT	Fundo/Classe de Investimento Multimercado FIM	10 I	1,30%	0,00%	2,00%	10%	15%		20%	15%
	Fundo/Classe de Investimento em Participações	10 II		0,00%	4,00%	5%			20%	15%
	Fundo/Classe de Investimento em Ações - Mercado de Acesso	10 III		0,00%	0,00%	5%			20%	15%
FII	Fundo/Classe de Investimento Imobiliário (FII)	11	0,76%	0,00%	1,00%	10%		20%	15%	
INVEST EXT	Fundo/Classe de Investimento em Renda Fixa - Dívida Externa	9 I		0,00%	0,00%	10%	10%	20%	15%	
	Fundo/Classe de Investimento em Ativos no Exterior	9 II		0,00%	2,00%	10%		20%	15%	
EC	Empréstimos Consignados	12		0,00%	2,00%	10%		N/A		
Total			100,0%		100,00%					

As principais alterações são:

- **Titulos públicos investidos diretamente (NTN-B):** elevação do limite-alvo de **40% para 60%**, em razão do vencimento, em agosto de 2026, de aproximadamente **R\$ 135 milhões** aplicados em fundos Vértices, cujos recursos deverão ser reinvestidos em títulos diretamente, permitindo gestão mais segura pela marcação na curva dos papéis.
- **Fundos de renda fixa geral:** redução do limite-alvo de **22% para 12%**, refletindo expectativa de queda da Selic, a migração para papéis indexados ao IPCA e para contemplar outras classes de investimentos;
- **Fundos de ações:** leve redução do alvo de **5% para 4%**;
- **Fundos de investimento em participações (FIPs):** ampliação de **3% para 4%**, em virtude de ambiente favorável a ativos reais e do histórico positivo das gestoras analisadas;
- **Investimentos no exterior:** aumento do alvo para **2,0%**, priorizando **fundos hedgeados**, para exposição gradual a economias inovadoras;
- **Empréstimos consignados a segurados:** alvo de **2%**, sem prejuízo do limite regulamentar de **10%**, para permitir implantação gradual da política de crédito;
- **Fundos imobiliários e multimercados:** ajustes marginais de **1%** para adequação do portfólio.

Durante a análise, o **membro Luiz Antônio Vieira** observou que o percentual-alvo de **2%** para o consignado poderia ser baixo frente à demanda esperada dos servidores, sugerindo revisão. O Diretor Lucas Paz esclareceu que o percentual indica apenas a **estratégia de referência**, podendo o investimento atingir o limite máximo legal de 10%, e que a inclusão de diversas classes requer equilíbrio entre os percentuais-alvo.

O Presidente **Heitor Pereira Moreira** concordou, salientando que a flexibilidade da política permitirá **remanejamento futuro de percentuais** conforme a evolução das operações.

Em seguida, o Diretor detalhou a **comparação entre a política proposta e o Estudo de ALM**, realizado em abril de 2025, ressaltando que a nova estrutura reflete a elevação de governança da autarquia ao **nível 2 do Pró-Gestão RPPS**, permitindo o acesso à classe de FIPs e à diversificação internacional por meio de investimentos no exterior.

Apresentou ainda a **previsão de alçada operacional** da Diretoria de Investimentos e do Gestor de Recursos para movimentações de curto prazo, mantendo autorização para movimentações de até **10% do patrimônio** em oportunidades seguras e rentáveis, com posterior comunicação ao Comitê. Propôs aperfeiçoar o texto da política, especificando que as aplicações poderão ocorrer em **fundos “presentes e aprovados”** na carteira. A alçada também permite **eventuais resgates emergenciais** em cenários de estresse (como crises de liquidez ou forte volatilidade). Importante destacar que as movimentações em questão deverão ser **submetidas ao Comitê na reunião subsequente à realização das operações**, o que foi acatado pelos membros.

Por fim, Lucas Paz apresentou a **tabela de contingências**, destacando as medidas de mitigação de riscos de liquidez, crédito, mercado e operacional, e as regras de elegibilidade e limites para o **Programa de Empréstimo Consignado**, voltado a **servidores ativos, aposentados e pensionistas**, respeitados critérios de idade e prazos máximos previstos do documento.

Submetida à deliberação, a **Proposta de Política de Investimentos para 2026** foi **aprovada por unanimidade** pelos membros do Comitê de Investimentos, ficando autorizada seu encaminhamento ao Conselho Superior de Administração.

3. Credenciamento de Instituição Financeira – Gestora Perfin / Proposta de Alocação no FIP Perfin Infra II

Na continuidade da reunião, o Diretor de Investimentos **Lucas José Lopes Paz** apresentou a **proposta de credenciamento da instituição financeira e gestora Perfin**, intermediada pela **consultoria Itajubá**, com vistas à **potencial alocação de recursos no FIP Perfin Infra II**, voltado ao segmento de infraestrutura.

O Diretor informou que a **Perfin** foi fundada em **2007**, possui mais de **R\$ 35 bilhões sob gestão**, sendo aproximadamente **R\$ 14 bilhões em fundos de infraestrutura**, e conta com equipe técnica altamente especializada em investimentos em geração, transmissão de energia, rodovias, saneamento e logística. Ressaltou que a instituição é **pioneira em fundos de infraestrutura no Brasil** e possui histórico consolidado de retornos expressivos, com **rentabilidade média entre 22% e 60% ao ano** nos veículos anteriores, superando amplamente índices de referência.

Apontou que a gestora tem entre seus sócios minoritários o **BTG Pactual**, o que reforça a governança e o selo de qualidade institucional. Relatou que **aproximadamente 88% dos investidores**

que já aplicaram em fundos da Perfin voltaram a investir em novos veículos, índice considerado elevado no mercado.

Em relação ao **FIP Perfin Infra II**, explicou que o fundo se encontra em **terceira rodada de captação**, com **montante alvo de R\$ 2 bilhões** e **oferta atual de R\$ 350 milhões**. A **taxa de administração é de 1,75% a.a.**, e a **taxa de performance é de 20% sobre o excedente ao IPCA + 6%**, alinhada à meta atuarial da autarquia. O **prazo de investimento** é compatível com o perfil de longo prazo do RPPS, permitindo diluição gradual das chamadas de capital.

Apresentou o **portfólio-base** do fundo, composto por ativos já contratados ou em estruturação, distribuídos entre:

- **Linha de Transmissão de Energia** em parceria estratégica com a **Alupar**, empresa do segmento listada em bolsa;
- **Concessões de Rodovias**, em associação com a plataforma **Equipav**, incluindo trechos no **Paraná e em Minas Gerais**;
- **Usinas de Geração Solar**, com fornecimento direto a consumidores industriais, mitigando de restrição de despacho pelo NOS (*curtailment*);
- **Empresa de Logística de Gás Natural Liquefeito (GNL)**, a **Virtu GNL**, empresa de logística que desenvolve tecnologia pioneira no Brasil e que já apresenta contratos firmados com grandes empresas como **Eneva, Vibra e Yara**;
- **PPP de Escolas Públicas**
- **Empresa de saneamento de Minas Gerais (COPASA)**, segmento em que a gestora possui experiência comprovada;
- **Coinvestimento na Cosan**, em parceria com o **BTG Pactual**, reforçando a confiança institucional na tese do fundo.

O Diretor destacou que os investimentos do fundo têm **perfil conservador dentro da classe de FIPs**, com baixa correlação a ciclos de mercado e fluxo de caixa previsível, derivado de receitas de concessão e contratos de longo prazo.

Informou ainda que o **histórico de retornos do Perfin Infra I** apresentou **rentabilidade agregada de 60% ao ano**, e que, mesmo nas operações menos expressivas, a gestora manteve retornos mínimos superiores a **IPCA + 20% a.a.**

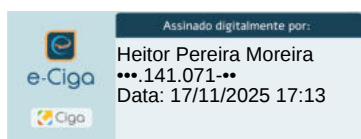
O Presidente **Heitor Pereira Moreira** ressaltou que a proposta é compatível com a estratégia de **diversificação em ativos reais** e com o limite regulamentar de **5% do patrimônio** previsto na **Resolução CMN nº 4.963/2021**, lembrando que o investimento na classe de FIPs tem se mostrado tecnicamente maduro e amparado por análises diligentes.

O Comitê avaliou que a **Perfin** reúne **histórico de governança, experiência setorial e resultados consistentes**, e que o **FIP Infra II** apresenta características adequadas ao perfil do RPPS, sobretudo pela geração de **retorno de longo prazo** e pelo reforço da **política de diversificação**, **adicionando o setor de infraestrutura ao portfólio de investimentos em FIPs**.

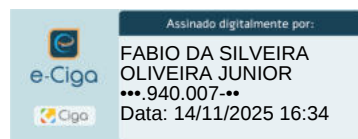
Após os esclarecimentos técnicos e a análise favorável, a proposta de **credenciamento da gestora Perfin** e a **autorização para alocação de até R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais)** no **FIP Perfin Infra II** foram **aprovadas por unanimidade**, condicionadas à formalização dos trâmites operacionais pela Diretoria de Investimentos e à observância integral das diretrizes da **Política Anual de Investimentos**.

4. Conclusão do Comitê de Investimentos:

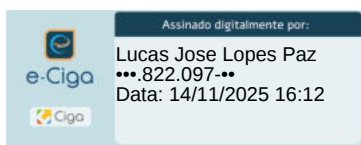
O Comitê de Investimentos da Niterói Prev, após análise e deliberação sobre todos os itens da pauta, registrou reconhecimento ao trabalho técnico da Diretoria de Investimentos e da consultoria Mais Valia, destacando a consistência das apresentações, o cumprimento da meta atuarial e a evolução da governança da Autarquia. Foram aprovadas por unanimidade o Relatório mensal da Carteira de Investimentos referente ao mês de outubro/2025, a Política de Investimentos para o exercício de 2026, o credenciamento da Gestora Perfin e a proposta de alocação de recursos no FIP Perfin Infra II, reafirmando o compromisso do Comitê com a prudência, rentabilidade, diversificação e a transparência na gestão dos recursos previdenciários. Nada mais havendo a tratar, o Presidente Heitor Pereira Moreira agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, determinando o registro desta ata, que, lida e aprovada, será assinada pelos membros.



Heitor Pereira Moreira
Presidente da Niterói Prev



Fabio da Silveira Oliveira Junior
Membro indicado da Niterói Prev



Lucas José Lopes Paz
Diretor de Investimentos da Niterói Prev



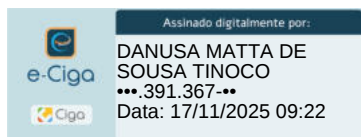
Luiz Antônio Francisco Vieira
Membro indicado da Niterói Prev



Marcelo Zander Vaiano
Diretor de Finanças da Niterói Prev



Anderson Peixoto de Faria
Representante da Controladoria
Geral do Município – CGM



Danusa Matta de Sousa Tinoco
Membro indicado da Niterói Prev



Caroline Ribeiro de Souza
Representante da Secretaria Municipal
de Planejamento e Modernização
da Gestão - SEPLAG

